

Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS¹

Patrícia Tozzo de Matos Mercadante

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: patriciatozzom@gmail.com

Rosemeire Aparecida de Almeida

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: raaalm@gmail.com

Resumo

O presente artigo discute os resultados da pesquisa acerca da experiência de transição agroecológica desenvolvida desde 2015 no Projeto de Assentamento de reforma agrária 20 de Março, localizado no município de Três Lagoas/MS, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Três Lagoas. A importância dessa experiência de luta para se manter na terra a partir da agroecologia se faz num contexto extremamente adverso, uma vez que a agricultura familiar camponesa possui apenas 3% da área municipal que corresponde a um milhão de ha, grande parte destinada a pecuária e ao monocultivo de eucalipto. É nesta pequena fração territorial que a reforma agrária e a transição agroecológica se projetam como alternativa contra-hegemônica de produção e comercialização, mostrando-se instrumento educativo que aproxima agricultores e consumidores por meio dos canais de curta comercialização, com vias a valorização da economia local.

Palavras-chave: UFMS/CPTL; agroecologia; canais de curta comercialização; processo educativo.

Agrarian reform and agroecological transition: sustainability experiences at the settlement March 20 in Três Lagoas/MS

Abstract

This article discusses the results of the research on the agroecological transition experience developed since 2015 in the Agrarian Reform Settlement Project March 20, located in the municipality of Três Lagoas/MS, in partnership with the Federal University of Mato Grosso do Sul, Campus of Três Lagoas. The importance of this experience of struggle to stay on the ground from agroecology is made in an extremely adverse context, since peasant family farming has only 3% of the municipal area corresponding to one million ha, a large part of which is devoted to cattle raising and the monoculture of eucalyptus. It is in this small territorial fraction that the agrarian reform and the agro-ecological transition are projected as a counter-hegemonic alternative of production and commercialization, if it is an educational

¹ O presente trabalho é parte da dissertação de mestrado **Transição Agroecológica e Soberania Alimentar no Assentamento 20 de Março, Três Lagoas(MS)**, defendida e aprovada na UFMS/CPTL.

instrument that brings together farmers and consumers through the channels of short commercialization with ways of enhancing the local economy.

Keywords: UFMS/CPTL; agroecology; short-term marketing channels; educational process.

Reforma agraria y transición agroecológica: experiencias de sostenibilidad en el asentamiento 20 de marzo en Três Lagoas/MS

Resumen

El presente artículo discute los resultados de la investigación sobre la experiencia de transición agroecológica desarrollada desde 2015 en el Proyecto de Asentamiento de reforma agraria 20 de marzo, ubicado en el municipio de Três Lagoas / MS, en asociación con la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Tres Lagunas. La importancia de esta experiencia de lucha para mantenerse en la tierra a partir de la agroecología se hace en un contexto extremadamente adverso, una vez que la agricultura familiar campesina posee apenas el 3% del área municipal que corresponde a un millón de ha, gran parte destinada a la ganadería y el monocultivo de eucalipto. Es en esta pequeña fracción territorial que la reforma agraria y la transición agroecológica se proyectan como alternativa contrahegemónica de producción y comercialización, mostrando un instrumento educativo que aproxima a agricultores y consumidores a través de los canales de corta comercialización con vías de valorización de la economía local.

Palabras clave: UFMS/CPTL; agroecología; canales de corta comercialización; proceso educativo.

Introdução

Contraditoriamente à apropriação acelerada do capital sobre os meandros da dinâmica social, encontramos experiências e sujeitos que resistem a este sistema, construindo alternativas de produção e comercialização. Neste artigo, apresentam-se ações de resistência na terra consideradas práticas de sustentabilidade focadas no processo de transição agroecológica – termo que transcende o simples adjetivo “orgânico” e atinge uma totalidade mais complexa, envolvendo questões técnicas, socioculturais e econômicas. Trata-se da revalorização de práticas, conhecimentos, métodos e de um *modo* de vida. Os conhecimentos tradicionais de produção conduzem à sustentabilidade e, postos em prática, se aperfeiçoam na busca do equilíbrio no uso dos bens comuns, o que oportuniza a reprodução social dos camponeses e daqueles que, na cidade, dependem do alimento produzido no campo.

O ponto de partida deste artigo é o tripé que sustenta a pesquisa, qual seja: reforma agrária, agroecologia e soberania alimentar, entendidos numa relação de interação e dependência. A análise tem como foco as experiências de transição agroecológica desenvolvidas a partir de 2015 no PA 20 de Março, a partir do estudo de dois canais de curta comercialização: o grupo de consumo agroecológico, conhecido como “grupo das

sacolas”, e a feira agroecológica, ambos desenvolvidos pela professora Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida, em parceria com professores, técnicos e alunos da graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Três Lagoas (UFMS/CPTL).

A pesquisa de campo foi composta por dois grupos de consumidores: o primeiro, composto por 24 questionários, aplicados aos consumidores do projeto das sacolas agroecológicas; o segundo, com 50 questionários, aplicados aos consumidores da feira agroecológica. A finalidade dos questionários do primeiro e segundo grupos foi analisar a possível mudança de hábitos de consumo devido à participação nos projetos agroecológicos; a satisfação com os produtos ofertados; e se houve a introdução desses sujeitos no processo educativo de entender o que é o produto agroecológico, bem como quem produz o alimento – no caso, os assentados de reforma agrária. Buscou-se, assim, compreender as forças favoráveis e contraditórias de um dado recorte têmporo-espacial, construídas por meio de um processo que envolve sujeitos endógenos e exógenos ao assentamento, bem como dimensionar os desdobramentos nos dois “lados” da balança da soberania – camponeses e consumidores –, verificando o alcance das propostas e dos objetivos em cada um destes grupos no sentido da construção de experiências sustentáveis.

E para dimensionar os desdobramentos no grupo dos camponeses do PA 20 de Março, trabalhou-se com entrevistas e relatos que demonstraram algumas das consequências sociais, econômicas e culturais ocasionadas pela participação nos projetos de transição agroecológica.

Reforma agrária, Agroecologia e Soberania Alimentar: caminhos de sustentabilidade

No Brasil, para pensarmos uma agricultura agroecológica que supere a dicotomia campo-cidade promovendo o desenvolvimento endógeno, é fundamental colocarmos no centro da análise a reforma agrária, devido ao fato de que, sem a reforma agrária, inviabilizam-se os demais processos investigados – agroecologia e soberania alimentar –, uma vez que ela representa justiça social por meio da distribuição da terra e oportunidade de reprodução social, ao permitir que os sujeitos contemplados disponham de um dos elementos fundamentais à recriação do modo vida camponês, a terra. Lobo (1992) elucida sobre o conceito “modo de vida”, não como resultado, mas o fio condutor para analisar várias ações do sujeito.

Aqui o modo de vida tem um estatuto de conceito que propõe um fio condutor para a análise das práticas sociais, a construção simultânea e

articulada de relações sociais, das representações e do campo simbólico.
[...]

Neste sentido, a problemática dos modos de vida remete ainda a discussão que opõe a lógica do sistema ou do mercado à recuperação da autonomia dos sujeitos sociais na sua heterogeneidade, através das modalidades de suas experiências coletivas, vividas, representadas no campo simbólico. (LOBO, 1992, p.13)

Portanto, a reativação do modo de vida camponês por meio da terra conquistada aparece como agente potencial para a produção agroecológica, sustentando, conseqüentemente, as perspectivas do alcance da soberania alimentar.

Inclusive, alguns autores apontam um debate antecessor ao da reforma agrária, uma vez que a reforma não é, em si, o começo, o meio ou o fim da discussão, mas integra uma temática mais ampla: a questão agrária. Assim, a reforma agrária apresenta-se não como a questão maior, mas como uma proposta de solução para os problemas dessa temática que, segundo Stedile, abrange todos os estudos relacionados à posse, ao uso e à propriedade da terra. Assim,

O termo questão agrária é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra. Ao se fazer o estudo da forma de organização socioeconômica do meio rural de qualquer país, está-se estudando a questão agrária daquele país. (STEDILE, 2012, p. 641).

O autor esclarece que estes três pilares da questão agrária – uso, posse e propriedade da terra – possuem características diferentes, porém complementares, e o entendimento de cada um é necessário para compreender a questão agrária como um todo.

Cada sociedade tem uma forma específica de usar a natureza, de organizar a produção dos bens agrícolas. E o seu uso vai determinar que produtos são cultivados, para atender a que necessidades sociais e que destino se dá a eles. A posse da terra refere-se a quais pessoas e categorias sociais moram em cima daquele território e como vivem nele. E a propriedade é uma condição jurídica, estabelecida a partir do capitalismo, que garante o direito de uma pessoa, empresa ou instituição que possua dinheiro-capital comprar e ter a propriedade privada de determinada área da natureza, podendo cercá-la e ter absoluto controle sobre ela, impedindo que outros a ela tenham acesso. Essa condição jurídica estabelecida por leis da ordem institucional de cada país é que transforma a terra numa mera mercadoria que se pode comprar e vender, e da qual se pode ser proprietário absoluto. (STEDILE, 2012, p. 643).

Por conter em si o potencial produtivo, ou seja, gerador de renda, a concentração fundiária tornou-se um grande problema agrário e social. No passado, foi considerado também um inibidor do desenvolvimento industrial, pois segundo Stedile (2012), diante dessa crescente concentração, alguns pesquisadores da época apontaram um travamento

ao desenvolvimento do sistema capitalista, o fato dos camponeses serem despossuídos de terra, e conseqüentemente de renda.

Ao concentrar a propriedade da terra e manter os camponeses sem terra – e, portanto, despossuídos de renda –, esse modelo freava o desenvolvimento do mercado interno e das forças produtivas. (STEDILE, 2012, p. 642, grifo do autor).

Neste ponto, as incompatibilidades de classe ditaram transformações sociais decisivas na estrutura fundiária dos países do capitalismo central, sobretudo na Europa e na América do Norte, particularmente nos Estados Unidos (adiante, vê-se que este processo não ocorreu dessa forma no Brasil), apontando para o necessário enfraquecimento da classe proprietária de terras.

Nos países centrais, o desenvolvimento do modo capitalista de produção gerou o enfraquecimento dos proprietários de terra, expresso na inviabilização do latifúndio, que ocorreu concomitantemente ao fortalecimento de negociantes que, paulatinamente, foram alçando à condição de proprietários dos meios de produção no interior da ordem urbano-industrial. E aí interesses inconciliáveis emergiram, pois enquanto os primeiros seguiram vislumbrando um Estado no abrigo do qual as práticas monopolistas poderiam fluir livremente, e as tradicionais leis de interdição à importação de cereais é o melhor exemplo, os burgueses em ascendência não estavam dispostos a tolerá-las, pelo fato de estas afetarem diretamente a relação capital-trabalho. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 9).

Segundo Oliveira (2007), desde 1946 o Brasil dispunha de leis acerca da reforma agrária e apresentava propostas para pensar o valor social da terra e sua distribuição como expressão de justiça social, de acordo com o artigo 147 da Constituição Federal então em vigor: “O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos” (BRASIL, 1946). Contudo, mesmo com base legal, “[...] até o início dos anos 60, nenhum dos projetos apresentados conseguiu tornar-se lei frente à maioria reacionária das elites latifundiárias no Congresso Nacional” (OLIVEIRA, 2007, p. 104).

Os resultados deste bloqueio e descaminho na formação de pequenas propriedades foram multiplicados até a atualidade, conforme os dados da tabela 1. Nela, verificam-se menos de 47 mil imóveis, acima de dois mil hectares, ocupando mais de 360 milhões de hectares, enquanto os de até 25 ha – três milhões e setecentos mil imóveis – têm área de pouco mais de 34 milhões de ha, situação agrária que reflete os projetos concentradores e excludentes da burguesia brasileira.

Tabela 1 – Estrutura fundiária brasileira – 2014

Classes de área (ha)	Número de Imóveis	%	Área (ha)	%
Até 10	2.208.467	35,97%	9.713.045,19	1,31%
10 – 25	1.499.140	24,41%	24.305.032,47	3,28%
25 – 50	932.481	15,19%	32.802.217,70	4,43%
50 – 100	665.642	10,84%	46.170.133,05	6,24%
100 – 500	645.700	10,52%	133.446.464,51	18,02%
500 – 1000	93.658	1,52%	65.276.368,53	8,82%
1000 - 2000	48.234	0,79%	66.717.495,31	9,01%
Mais de 2000	46.769	0,76%	361.970.889,02	48,89%
Total	6.140.118	100%	740.401.645,78	100%

Fonte: DATALUTA: banco de dados da luta pela terra, 2016, p. 31.

A estagnação da reforma agrária brasileira ocorreu sob a égide dos latifundiários como representantes políticos² e por meio do aprofundamento do modelo de monopólio fundiário, segundo Paulino e Almeida (2010). Diferentemente do ordenamento capitalista da maioria dos países europeus e nos Estados Unidos, no Brasil, a burguesia industrial aliou-se à elite proprietária de terras, fato denominado por Martins (1994 apud PAULINO; ALMEIDA, 2010) como aliança terra-capital. Formou-se um grupo reduzido que detém tanto o lucro como a renda da terra fruto do monopólio deste meio de produção, o que foi socialmente oneroso para o país em virtude da abissal desigualdade social que se gerou; porém, para o sistema capitalista, a aliança foi exitosa porque contou com o apadrinhamento do Estado por meio de subsídios, incentivos fiscais e perdão de dívidas.

Apesar de ter havido algumas conquistas sociais, a dificuldade de fazer reforma agrária no Brasil reflete-se, na atualidade, no abandono dos projetos de RA e na crescente produção de discursos de contrarreforma, justificados por motivações econômicas, sociais e, sobretudo, políticas.

Salienta-se ainda, na história de ocupação e expansão das fronteiras em todo o país, a característica latente de uma ocupação privada, cujo objetivo foi beneficiar grupos restritos. Em Mato Grosso do Sul, não foi diferente; no novo estado, foram beneficiados inicialmente os grandes proprietários de terras, sobretudo os ligados à pecuária. A ação estatal e da burguesia agrária forjou, como aspecto fundamental do Mato Grosso do Sul, a estrutura fundiária altamente concentrada.

No Mato Grosso do Sul, foi o próprio Estado que promoveu a venda e titulação de terras devolutas em grandes quantidades. Portanto, como já dissemos, a estrutura fundiária no Mato Grosso do Sul “nasceu” concentrada (FABRINI, 2008, p. 57).

² Perdão das dívidas de grandes proprietários à União, afrouxamento das regras do Código Florestal, oposição às demarcações de terras indígenas e depreciação da conceituação de trabalho escravo foram algumas das pautas defendidas pela bancada ruralista nos últimos anos.

A ocupação do estado de Mato Grosso do Sul (até 1977, sul do estado de Mato Grosso) deu-se a fim de suprimir um “vazio” – propagado como populacional, mas que representava, na verdade, um vazio de capital, o que mais tarde se desnudou nas relações conflituosas no território, marcadas por disputas sangrentas entre povos nativos e “desbravadores”. De acordo com Almeida (2003), ocorreu dois grandes marcos para o povoamento não índio do “novo” estado: a chegada da Companhia Matte Larangeira e, posteriormente, a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil.

Oliveira (2008, p. 06) afirma que “a grilagem de terras é fato constante presente na história da apropriação privada da terra neste país”. No Mato Grosso do Sul, a história não se deu de forma distinta, segundo o autor, são mais de 1,3 milhões de hectares indevidamente apropriados, tendo como os casos mais críticos do estado, os municípios de Ladário, Miranda e Coxim.

A apropriação indevida desencadeou conflitos desde o início da construção da ferrovia, em 1905, quando eclodiram conflitos pela disputa do território – acarretando a dizimação de parte dos povos nativos, parte “necessária” ao andamento do “progresso”, conforme Ghirardello (2002, p. 42): “O desprezo pela vida humana, a ideia de progresso a qualquer preço e a impunidade fizeram que a brutal relação entre homem branco e indígena fosse vista com tons de heroísmo e patriotismo”.

Decerto, durante todos os processos de apropriação do capital na dinâmica do “progresso”, houve conflitos e, conseqüentemente, resistências. Contudo, a partir da década de 1970, num contexto de disseminação da Revolução Verde, evidenciaram-se no novo estado questionamentos ao modelo concentrador imposto e, com isso, as primeiras lutas para efetivar o direito (constitucionalmente, existente) de obter a terra. Para Almeida (2003, p. 120), “Essa situação de monopólio da terra e do poder político no Mato Grosso do Sul começa a ser questionada de forma mais explícita no final dos anos 1970 e início da década de 1980, através do movimento dos arrendatários no sul do estado”. A tabela 2 apresenta os níveis de concentração de terras em Mato Grosso do Sul. Apenas 9% dos imóveis, acima de mil hectares, ocupam cerca de 70% da área total do estado – enquanto, no outro extremo, apenas 7% da área total destina-se a propriedades de até 200 ha, as quais, por sua vez, representam quase 70% dos imóveis. Além disso, altos índices de improdutividade dispersam-se por todo o estado.

Tabela 2 – Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária – 2014

Classe área total (ha)	Nº de imóveis	%	Área total (ha)	%
0 a menos de 200	65.494	69,92%	2.783.542,71	7,18%
200 a menos de 500	12.215	13,05%	3.942.123,13	10,16%
500 a menos de 1000	7.182	7,66%	5.070.926,01	13,08%
Acima de 1000	8.777	9,37%	26.983.441,78	69,58%
Total	93.668	100%	38.780.033,63	100%

Fonte: INCRA/SNCR (2014). In: Nardoque (2017, p. 249).

Somente no Território do Bolsão, há 511 imóveis na situação de reserva de valor, com área de aproximadamente 750 mil hectares improdutivos (declarados ao INCRA). Oliveira (2008, p. 11) caracteriza a região Centro-Oeste como “[...] um verdadeiro paraíso do latifúndio improdutivo [...]”, visto que apenas em Mato Grosso do Sul existem 8,5 milhões de hectares nessa situação.

Contrastante aos dados da improdutividade dos latifúndios tem-se os dados da agricultura camponesa que não dispendo dos mesmos incentivos da agricultura capitalista, produz autoconsumo e vende excedente, sendo responsável por 70% dos alimentos consumidos no país.

O pequeno agricultor ocupa hoje papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%) são alguns grupos de alimentos com forte presença da agricultura familiar na produção. (PORTAL BRASIL, 2015).

Porém, a crise agroambiental dá mostras que não basta os camponeses produzirem a maioria dos alimentos da mesa dos trabalhadores, é preciso questionar qual o futuro da agricultura camponesa. É neste sentido que o debate da agroecologia ganha sentido como base estruturante desse estudo, bem como o conceito de sustentabilidade. Sobre este último, tem-se que,

[...] o conceito de sustentabilidade é, por natureza, dinâmico, deve mudar com o tempo, como dinâmico é o equilíbrio que existe na natureza; portanto, não se pode dizer que um agroecossistema é ou não sustentável, mas sim que é mais ou menos sustentável do que antes ou do que outro agroecossistema com o qual se compara. [...] é um conceito que se deve ser aplicado, operacional e, nesse processo, nem todos os objetivos da sustentabilidade podem ser alcançados ao mesmo tempo; nesse sentido processual ou tendencial, o conceito de sustentabilidade prima pelo alcance de objetivos concretos em cada momento, sejam determinados pela gravidade dos danos ambientais, pela urgência de sua resolução ou pela escala de tempo em que nos situemos. (GUZMÁN CASADO et. al., 2000, p.100, citado por COSTABEBER et. al., 2013, p.153).

A lógica industrial disseminada no campo, baseada na artificialização da natureza, relaciona-se às *commodities*, bem como aos gêneros alimentícios, desencadeando na mesa

da população como consequência desse modelo produtivo a transformação do alimento em mera mercadoria, cuja finalidade é o lucro, coloca em risco a saúde humana, animal e ambiental - conforme aponta Sebastião Pinheiro, em entrevista à Revista do Instituto Humanitas da Unisinos, em 08 de junho de 2009,

[...] os herbicidas, inseticidas e fungicidas contaminam as pessoas, primeiramente através da água. Além disso, a contaminação se dá também pelo ar e, pior ainda, através dos alimentos ingeridos. Quando comemos, estamos ingerindo resíduos tóxicos de elementos aplicados no campo, e esses resíduos chegam um milhão de vezes mais tóxicos nos alimentos do que quando aplicados na agricultura. Isso acontece porque a molécula química sofre uma alteração pela luz do sol, pela oxidação química, pelo calor etc. Então, o veneno utilizado nas lavouras se transforma em uma substância mais perigosa.

Alimentos produzidos com altos níveis de agrotóxicos, alimentos ultraprocessados e o empobrecimento da diversidade das espécies alimentares cultivadas são apenas alguns dos impactos dessa “coisificação” do alimento sob a égide do lucro.

Em meio ao cenário de interesses capitalistas que busca orientar todas as fases do processo produtivo pela lógica mercadológica, surgem contestações a este modelo centrado, especialmente, no pacote agroquímico em relação à sua real eficiência e a seus impactos na sociedade. A partir de movimentos e organizações sociais, bem como instituições de pesquisa que reúnem camponeses, alunos, professores, pesquisadores e profissionais de várias áreas, desencadeia-se o processo de construção da agroecologia como alternativa a este modelo hegemônico de agricultura.

Embora o movimento ambientalista tivesse aparecido no início do século XX [no Brasil], Neilo (2012) afirma que foi na década de 1970 que surgiram as primeiras manifestações de cunho ecológico frente ao padrão de desenvolvimento e a relação sociedade/ambiente, isto é, surgem contestações ao padrão tecnológico da Revolução Verde implantado pelas políticas fortemente subsidiadas pelo Estado. (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012, p. 11).

Dois pontos fundamentais desse modelo alternativo de produção, segundo Gomes e Assis (2013), são a multidimensionalidade do conceito, que supera as barreiras disciplinares, e a articulação entre conhecimento científico e sabedoria popular. Assim, a agroecologia atua como ciência, prática e movimento social. Estas três dimensões são:

1) **Ciência:** Silva (2015) pontua que as pesquisas sobre o tema são consideradas recentes, o que localiza a ciência agroecológica em fase de construção. A autora apresenta a década de 1920 como início da perspectiva norte-americana, de integrar a ecologia aos cultivos; na década de 1930, foi proposto o termo agroecologia para denominar a ecologia aplicada à agricultura.

Na década de 1960 recomeça o interesse de aplicar conceitos ecológicos na agricultura, em decorrência da pesquisa com comunidades camponesas, da influência crescente das abordagens sistêmicas e do aumento da consciência ambiental, principalmente após a publicação de *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, em 1962. (SILVA, 2015, p. 46).

Dez anos depois, outra perspectiva integrou-se ao processo: passou-se a considerar os aspectos socioculturais da agricultura. Dessa forma, a agroecologia configura-se na confluência dos aspectos ambientais – produção que substitui o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos por insumos e caldas naturais, causando um menor impacto ambiental – e da valorização do saber-fazer camponês, que lhes proporciona maior autonomia, independência e a possibilidade de desenvolver uma agricultura alternativa.

2) **Prática:** a agroecologia representa muito mais que um conjunto de técnicas de manejo da terra. Sua prática revaloriza saberes tradicionais, o respeito ao modo de vida desses povos e a observância sistêmica de toda cadeia produtiva. Essa prática é ligada a uma metodologia de enfrentamento ao modo capitalista de produção, centrado na busca pelo menor custo e na exploração de recursos naturais e humanos. Assim,

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia - incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. (ALTIERI, 2008, p. 23)

Dessa forma, associam-se princípios e abordagens cujo objetivo é analisar a natureza como um todo, incluindo o homem, que também a integra. E por incluir o homem, a agroecologia adere a uma abordagem social, cultural e econômica. A crítica quanto ao emprego de tecnologias no campo não representa a necessidade de excluí-las ou escolher “viver no atraso”, mas, sim, atentar-se aos impactos percebidos por sua utilização por meio de um levantamento holístico, bem como pela busca de tecnologias apropriadas à pequena produção – a maioria do que existe, atualmente, para otimizar o trabalho no campo foi pensado para a grande propriedade e a acumulação de capital. Por sua vez, o pensamento holístico envolve o equilíbrio entre os fatores – por exemplo: se, devido ao uso de algumas tecnologias (como semeadoras, colheitadeiras e tratores), o trabalho de cultivar foi menos

penoso, por outro lado, houve a utilização de sementes híbridas e insumos químicos de alto custo; portanto, houve aumento da dependência externa por parte dos camponeses.

3) **Movimento social:** a terceira dimensão contrariou estudos e tendências das décadas de 1930 a 1960 quanto à incapacidade organizativa da sociedade. De acordo com Alonso (2002), os pensadores da época, especialmente os europeus, acreditavam que seria o fim dos movimentos sociais, como consequência do aprofundamento da sociedade de massa orientada para o consumo e da produção de personalidades narcísicas, de costas para a política. Contudo, o movimento agroecológico – assim como outros desenvolvidos a partir da década de 1960, como o feminista, o pacifista e o ambientalista – contrariou essa tendência por meio da mobilização de um grande número de pessoas. À exemplo dos movimentos citados, a agroecologia luta por um modo diferente e contra-hegemônico de viver e produzir no campo.

Apesar de não institucionalizado, o movimento agroecológico articula-se em redes das quais participam camponeses, agrônomos, técnicos, instituições governamentais, organizações não governamentais (ONGs), além de profissionais das mais diversas áreas que conheceram a proposta e aderiram ao projeto. De acordo com o *site* da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), estes são alguns dos atores que articulam o movimento no país: Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Articulação Nacional de Agroecologia Amazônia (ANAA), Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural-NE (MMTR), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA Brasil) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Historicamente, essa articulação nacional organiza encontros para promover as práticas agroecológicas, como o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). Nele, professores, alunos, pesquisadores e produtores, por meio de seus trabalhos, trocam experiências e saberes acerca da valorização do modo de vida das populações tradicionais e promovem debates, a fim de convergir e socializar o conhecimento acumulado nas experiências individuais/coletivas dos mais diversos grupos que praticam a agroecologia no país. O evento teve sua primeira edição em 2002, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

As lutas dos movimentos sociais no campo têm demonstrado que a reforma agrária e a garantia das populações ao território são inseparáveis da proposta agroecológica. Experiências evidenciam que nas lutas pela desapropriação de áreas para a reforma agrária há assentamentos rurais que vêm incorporando de forma bem sucedida a matriz produtiva agroecológica e desenvolvendo uma nova concepção de organização do espaço contrapondo-se aos modelos insustentáveis dos assentamentos convencionais. (II ENA, 2006, p.03).

O modo de vida camponês relaciona-se de maneira apropriada com a produção agroecológica por dois motivos principais. O primeiro deles é que a terra desse sujeito configura-se não apenas como terra de trabalho, mas também como terra-lar. A ligação mais estreita entre casa/trabalho permite uma compreensão diferente da relação com esta fração do território; há uma lógica organizativa que parte da família para a terra, uma vez que a finalidade primeira é a reprodução do grupo familiar, não o lucro – bem por isso, o autoconsumo é papel essencial nessa economia doméstica e a produção, ao gerar excedente, insere esses sujeitos numa possibilidade de participação no mercado.

Baseados em Almeida (2013), entende-se como camponeses os sujeitos cuja identidade é a posse da terra e o uso do trabalho familiar, amalgamados na mesma condição social. Ou seja, na figura deste sujeito, não há separação entre a terra e o trabalho; logo, sua reprodução social não advém nem do lucro, nem do salário: resulta da relação social que o camponês estabelece com a terra por meio da exploração do trabalho da família – neste sentido, é considerada uma classe *sui generis*, porque nela não há separação entre os meios de produção (terra) e o trabalhador. Logo, na economia marxista, é considerada uma classe não tipicamente capitalista – uma vez que lucro e salário não são categorias contáveis de sua reprodução social – ou, ainda, uma relação social não capitalista, como aponta Martins (apud ALMEIDA, 2013). Como explica a autora citada, apesar da identidade de classe social, os camponeses possuem muitas distinções, especialmente no Brasil; parte delas advém de históricos regionais, onde são conhecidos como caipiras, colonos, faxinalenses, caiçaras, agricultores familiares, populações tradicionais, sítiantes etc.

Para o segundo motivo da inclinação camponesa à produção agroecológica, cita-se Silva (2013), que descreveu algumas consequências da adesão de camponeses gravataenses à agroecologia: melhores condições de vida; diminuição ou ausência da insegurança alimentar; acesso à água limpa; acesso a uma dieta alimentar variada; acesso a políticas públicas; diminuição de problemas de saúde relacionados à aplicação de agrotóxicos, como cansaço, tontura, vômito, desmaio e alergia; valorização dos povos e do conhecimento tradicional camponês; ausência da dependência da compra de insumos químicos; ausência do trabalho degradante nos latifúndios; e mais autonomia para comprar bens de consumo e de produção. Assim, a agroecologia caracteriza-se como modelo mais sustentável, que gera menos impactos ambientais e possibilita, efetivamente, a prática da soberania alimentar, tema que compõe o terceiro e último tripé estruturante deste trabalho.

Como modelo mais sustentável permite a soberania alimentar, entendida não apenas como disponibilidade de alimentos, no sentido de capacidade produtiva, ou seja, a existência do alimento, mas principalmente à qualidade deste alimento ofertado, bem como

à sua distribuição via interação campo-cidade. Neste sentido, Chonchol (2005) pontua sobre a necessidade de democratizar os meios produtivos para alcançar a soberania alimentar.

A fome não é tanto a consequência de uma produção alimentar insuficiente, como da marginalização econômica de certas populações. Consequentemente, a prioridade não é tanto aumentar a produção dos que já produzem muito, mas dar a todos os meios necessários para produzir. A segunda problemática concerne à pesquisa que deve centrar-se mais exatamente nas regiões semiáridas, menos favoráveis à produção agrícola. A luta contra a desertificação se impõe como uma necessidade essencial. (CHONCHOL, 2005, p. 35-5)

Outra questão central é a condição nacional de produzir o próprio alimento de forma acessível e articulada a uma distribuição abrangente à população, uma vez que apenas o aumento da produção não se caracteriza como solução para o problema da fome. Se os alimentos são saudáveis, se estão sendo produzidos com agrotóxicos ou são ultraprocessados também são questionamentos a serem feitos na avaliação do tipo de alimento que se tem e se deve ter sobre as mesas. O movimento ideológico da Revolução Verde, não contemplou estas questões, atendo-se apenas à superficialidade do aumento (e encurtamento do processo) produtivo.

No caminho da defesa da soberania alimentar, nos últimos anos, impulsionada pela Via Campesina, ganhou relevo a concepção de soberania alimentar centrada nos mercados locais como plataforma essencial de promoção do desenvolvimento endógeno e emancipação dos sujeitos sociais do jugo mercantil do alimento representado pelos impérios que controlam nossa alimentação.

La Soberanía Alimentaria da prioridad a las economías locales y a los mercados locales y nacionales, otorga el poder a los campesinos y a la agricultura familiar, la pesca artesanal y el pastoreo tradicional, y coloca la producción alimentaria, la distribución y el consumo sobre la base de la sustentabilidad ambiental, social y económica. La Soberanía Alimentaria promueve el comercio transparente, que garantice ingresos dignos para todos los pueblos, y los derechos de los consumidores para controlar su propia alimentación y nutrición. Garantiza que los derechos de acceso y la gestión de nuestra tierra, de nuestros territorios, nuestras aguas, nuestras semillas, nuestro ganado y la biodiversidad, estén en manos de aquellos que producen los alimentos. La Soberanía Alimentaria supone nuevas relaciones sociales libres de opresión y desigualdades entre los hombres y mujeres, pueblos, grupos étnicos, clases sociales y generaciones. (ROSSET; MARTINEZ-TORRES, 2012, p. 04).

Os impérios alimentares (PLOEG, 2008) não só ameaçam os camponeses com a perda de autonomia, mas também os consumidores e todo o mercado, devido à restrição, cada vez mais acentuada, do número de empresas detentoras de poder das cadeias

produtivas, conforme dados recentes da pesquisa realizada pela Asociación Amigos de la Tierra (2017).

Logo, um quadro de novas relações sociais é proposto nas bases da soberania alimentar, contrariamente ao proposto pelo atual modelo de mercado, marcado principalmente pelas desigualdades. Dessa forma, os pequenos projetos ocupam lugar de destaque na construção desse modelo contra-hegemônico. As pequenas iniciativas, apesar de não serem abrangentes, ilustram um caminho promissor a ser multiplicado para atingir a sociedade de forma mais intensa e com maior alcance.

A ordem dos temas abordados é fundamental para a compreensão de todo o processo, uma vez que, sem a terra, dificulta-se – ou inviabiliza-se – a (re) produção social dos camponeses, que são os sujeitos, por sua natureza familiar, mais inclinados à produção agroecológica. Sem a terra e os camponeses, a soberania alimentar também se inviabiliza, pois seu modelo produtivo – caracterizado por maior autonomia desses sujeitos e valorização dos processos endógenos e da diversidade de culturas e hábitos alimentares locais, além dos canais de curta comercialização – não coaduna com o proposto pelo modelo da agricultura capitalista, cada vez mais dependente de grandes corporações que controlam a forma de produzir (com o uso de um pacote caro e altamente perigoso para a saúde humana e ambiental) e o que é produzido (homogeneização das culturas).

Experiências de Sustentabilidade: parceria entre consumidores urbanos e agricultores do Assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS

As práticas de transição agroecológicas analisadas neste artigo decorrem de experiências desenvolvidas pela professora Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida, em seu pós-doutorado no Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC) da Universidade de Córdoba, Espanha, entre 2013 e 2014. No ano seguinte, desenvolveu e obteve a aprovação do projeto de extensão “Dinamizando a Agricultura Familiar e o Consumo Agroecológico em Três Lagoas-MS” (PREAE/UFMS/2015). A necessidade do projeto evidenciou-se a partir da dificuldade encontrada pelos assentados do Projeto de Assentamento 20 de Março em escoar sua produção: após receberem doações³ de mudas e sementes da multinacional do ramo celulósico – Fíbria, para cultivar hortas sem a utilização de agrotóxicos, alcançaram alta produção; contudo, sem canais para comercializá-los, estes produtos acabaram destinados à alimentação dos animais e, em alguns casos, foram até mesmo descartados. A

³ Essa ‘doação’ ocorreu como parte do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDTR) e o Projeto de Produção Agroecológica Sustentável (PAIS), desenvolvidos como contrapartida das empresas aos impactos sociais e ambientais e para alcançarem as certificações internacionais, garantidoras da exportação de seus produtos.

primeira via de atuação do projeto consistiu no denominado “Grupo de Sacolas Agroecológicas” (figura 1, abaixo).

Figura 1 – Projeto Sacolas Agroecológicas



Fonte: LABET (2017).

A ideia de transição gradativa dos sistemas convencionais para os agroecológicos é considerada pelo Decreto nº 7.794, que institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Este período é considerado um dos mais delicados, porque o equilíbrio do sistema – no que se relaciona à sustentabilidade endógena – pode demorar anos; neste ínterim, os agricultores precisam garantir renda, por isso há necessidade fundamental de apoio institucional.

O projeto denominado “Grupo de Sacolas Agroecológicas” acontece semanalmente, às terças-feiras; alunos do mestrado, da graduação e voluntários do Laboratório de Estudos Territoriais (LABET) na UFMS/CPTL (unidade II) auxiliam no recebimento e na entrega das sacolas. Montadas para atender uma família de quatro membros, a sacola é composta por sete produtos: geralmente, quatro hortaliças e três legumes, de acordo com a produção dos assentados, a época do ano e os produtos disponíveis. O projeto começou com 60 participantes, atualmente, conta com 19 consumidores; a queda não representa um fator negativo, pois houve a migração deles para a feira agroecológica, que representa o ideal do projeto devido ao contato direto entre camponeses e consumidores e a inexistência de intermediários no processo. O valor semanal das sacolas é de R\$ 17,00 – o grupo é fechado e o pagamento mensal é antecipado.

A segunda via de atuação do projeto, conquistada no ano de 2016, foi a feira livre na UFMS, *campus* de Três Lagoas – “Feira de produtos em Transição Agroecológica da Agricultura Camponesa em Três Lagoas-MS” (PREAE/UFMS/2016). A feira caracteriza o ideal dos canais de curta comercialização, por estabelecer contato direto entre camponeses e consumidores; nela, são tecidas relações sociais que contribuem para a geração de renda

e o reconhecimento do trabalho dos que produzem, bem como relações de confiança que incentivam a mudança de hábitos alimentares nos consumidores. A feira acontece, atualmente, na unidade II da UFMS⁴, às quintas-feiras (figuras 2) e, desde maio de 2017, também às sextas-feiras no condomínio Don El Chall – essa edição da feira é fechada.

Foi a partir da experiência com o grupo das sacolas que se evidenciaram outras demandas: pessoas que gostariam de comprar esporadicamente, ou que queriam uma quantidade menor de alimentos do que a contida na sacola, entre outros casos, mostraram que o projeto comportava este segundo canal de curta comercialização.

Há grande variedade nos produtos ofertados: entre hortaliças, legumes, frutas e outros gêneros, listamos em torno de 40 itens – alface americana, alface crespa, alface roxa, almeirão, couve, cebolinha, salsinha, rúcula, espinafre, repolho, couve-flor, escarola, batata doce, abóbora, quiabo, mandioca, brócolis, rabanete, beterraba, mamão, maracujá, limão, tomate, banana, hortelã, cenoura, cebola, berinjela, jiló, chuchu, melancia, carambola, laranja, acerola, pimentas, ovo caipira, mel, doces, pães, roscas, queijos, bolos, manteiga, iogurtes, geleias e biscoitos caseiros.

Figura 2 – Feira agroecológica UFMS/CPTL



Fonte: LABET (2017).

Os camponeses comercializam no *campus* II da UFMS tanto com os consumidores que não participam do grupo fechado das sacolas como com os que participam, mas desejam itens prontos para consumo ou algum item que não veio naquela semana na composição da sacola. Foram identificados também consumidores que moram das proximidades da Universidade e souberam da feira; semanalmente vão a unidade comprar os produtos.

⁴ A partir de 2017, o projeto foi ampliado para o *campus* I da UFMS, sendo atendido por outro grupo de agricultores, sítiantes do Arapué, distrito de Três Lagoas.

Podemos perceber mudanças ocorridas tanto nos consumidores quanto nos camponeses em decorrência das relações estabelecidas na feira. O processo educativo dos consumidores é um deles, pois diante dessa relação, compreendem sobre a disponibilidade de determinados produtos em certa época do ano. Por meio desses diálogos, os camponeses também puderam conhecer os consumidores e suas necessidades, além de desenvolver mais confiança para testar novos plantios. Muitos produtos foram agregados ao longo do tempo, devido aos pedidos dos consumidores.

Um ano após o início do projeto das sacolas, em 2016, o LABET elaborou e aplicou o primeiro questionário⁵ para avaliar o nível de satisfação dos consumidores. As questões relacionavam grau de satisfação à quantidade, à qualidade e à diversidade dos produtos, além de inquirir os consumidores sobre as vantagens de consumir esse tipo de produto. As conclusões foram as seguintes: 64,7% dos consumidores consideram suficiente a quantidade semanal de produtos e 29,4% a consideram excessiva; 52,9% classificam a qualidade dos produtos como boa e outros 47% como ótima; quanto à diversidade, 76% a julgam boa, enquanto 11,7% a consideram ótima e outros 11% regular. A pergunta sobre as vantagens de participar do projeto solicitava três aspectos: 70% dos consumidores elencaram a praticidade e o preço; 47% pontuaram a ausência de agrotóxicos; e 47% a boa qualidade dos produtos. Diante dos dados, apuramos o alto índice de satisfação dos consumidores, que consideram este canal de curta comercialização de extrema relevância, e o quesito praticidade parece ser o ponto de partida de valorização desta ação pelos consumidores, seguido pela qualidade dos produtos.

Após essa avaliação positiva dos consumidores, conversamos com os assentados, a fim de verificar sua satisfação em participar dos projetos e os impactos causados em suas vidas e em seus hábitos de consumo com a plantação agroecológica.

A qualidade de vida melhorou muito, porque produto sabe?! Sem agrotóxico... Assim, é assim bem natural mesmo. Até meu filho que não comia verdura passou a comer. [...] Agora tudo que a gente vai, a gente se policia e olha [...]. Eu, por exemplo, eu olho, vejo em todo mercado que eu vou, é automático (Entrevistada 1, assentada PA 20 de Março, feira UFMS/CPTL, 07 de julho 2016. Entrevista cedida à autora).

Por esta fala, atestamos o impacto positivo da produção agroecológica na família dos camponeses e o aguçamento do senso crítico quanto aos agrotóxicos ao realizar compras nos supermercados, pois sabem que os produtos de seus lotes representam mais

⁵ Optou-se pela utilização do termo agricultores familiares ao invés de camponeses em todos os questionários a fim de facilitar a compreensão por parte dos participantes da pesquisa, principalmente pela maior difusão do segundo termo em relação ao primeiro, desse modo, apresentando de maneira mais simples a ideia de contraponto ao agronegócio.

confiança e saúde do que os adquiridos no varejo comum. O mesmo pode ser observado na fala de outra assentada, que inclui, entre os benefícios do projeto, a melhoria de sua saúde:

A gente passou a comer mais legumes e verduras, né! Porque além de ser o acesso, que já tem em casa, ela [a produção da transição agroecológica] dura mais na geladeira, porque a do mercado não durava. E na minha saúde, emagreci. Controlo mais com salada e tal... E a gente tinha mania de comprar muitas guloseimas no mercado. Se eu como natural em casa porque eu vou comprar, né? (Entrevistada 2, assentada PA 20 de Março, feira UFMS/CPTL, 07 de julho 2016. Entrevista cedida à autora).

A partir do segundo semestre de 2016, outras pesquisas foram propostas para compor o estudo. Entre elas, apresentaremos o questionário feito com 115 consumidores de três supermercados da cidade; outro, aplicado a 50 consumidores da feira agroecológica da Universidade; e, por fim, 24 questionários aplicados, novamente, aos consumidores das sacolas, que já havia renovado seu quadro em quase 100% desde seu início.

Grupo de consumidores das sacolas agroecológicas: os primeiros passos na construção dos canais curtos de comercialização

A pesquisa foi realizada com 33 consumidores de sacolas agroecológicas; entretanto, nem todos se dispuseram a responder ou devolveram o questionário. Dos aspectos socioeconômicos, entre os 24 consumidores participantes, nove são mulheres (37,5%) e 15 homens (62,5%); a faixa etária dos consumidores varia de 23 a 68 anos, sendo majoritariamente (aproximadamente, 46%) na faixa dos 40 anos; a renda familiar predominante está acima de nove salários – 41,6% dos consumidores –; aproximadamente 83,3% dos consumidores possuem escolaridade de nível superior; quanto à ocupação, 66,7% são funcionários públicos, 12,5% estudantes e 20,8% possuem outras ocupações. Apesar de 24 consumidores terem respondido ao questionário, o número de pessoas alcançadas pelo projeto é quase quatro vezes maior, de acordo com as quantidades informadas por estes consumidores; podemos, assim, compreender a magnitude do projeto, observando o impacto dessa iniciativa exercida sobre um grupo, ainda que pequeno.

Tabela 3 – Grau de satisfação fevereiro de 2016 – Projeto Sacolas com 17 consumidores

Grau de satisfação com o projeto	ÓTIMA	BOA	REGULAR	RUIM	Não assinalou
QUALIDADE	47%	53%	0%	0%	0%
QUANTIDADE	29,4%	64,7%	5,8%	0%	0%
DIVERSIDADE	11,8%	76,4%	11,8%	0%	0%

Fonte: Dados do LABET (2016), organizados pela autora.

As tabelas 3 e 4 demonstram o grau de satisfação dos consumidores quanto à qualidade, à quantidade e à diversidade dos produtos contidos nas sacolas em dois períodos de 2016: início do ano (entre janeiro e fevereiro), com a colaboração de 17 consumidores; e no segundo semestre (setembro a dezembro), com a participação de 24 consumidores.

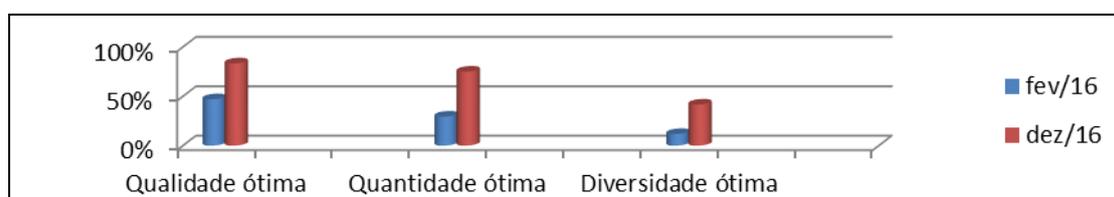
Tabela 4 – Grau de satisfação dezembro de 2016 – Projeto Sacolas com 24 consumidores

Grau de satisfação com o projeto	ÓTIMA	BOA	REGULAR	RUIM	Não assinalou
QUALIDADE	83,3%	16,7%	0%	0%	0%
QUANTIDADE	75%	20,8%	4,2%	0%	0%
DIVERSIDADE	41,6%	41,6%	12,5%	0%	4,2%

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2016. Organizado pela autora.

As duas tabelas traduzem um considerável aumento (mais de 30%) no grau de satisfação dos consumidores com a qualidade dos produtos. A diversidade também registrou mudança positiva: apesar da queda na soma das classificações ótima e boa, houve aumento dos que a consideraram ótima. A quantidade também sinalizou aumento de mais de 40% classificada como ótima.

Gráfico 1 – Grau de satisfação “Ótimo” com o projeto das sacolas (fev–dez 2016)



Fonte: Dados do LABET (2016), organizados pela autora.

Dessa forma, percebemos nítida melhora no grau de satisfação dos consumidores envolvidos neste projeto, conforme ilustrado no gráfico 1.

A tabela 5 mostra o impacto causado pela adesão ao projeto sobre os hábitos de consumo dos entrevistados, considerando quando os mesmos vão a supermercados, lanchonetes e afins. Os números assinalam um percentual altíssimo, de 96%, que admitem mudanças em seus hábitos de consumo.

Tabela 5 – Resultado das questões de 11 a 14 (consumidores das sacolas)

Houve mudança nos hábitos de consumo por participar do projeto	96% SIM	4% NÃO	--	--
Maior confiança na qualidade dos produtos, devido à relação com os produtores (das sacolas).	79% SIM	21% NÃO	--	--
Quem produz os gêneros alimentícios	58,3% Agronegócio	33,3% Agricultura familiar	8,4% Ambos	--
Nível de perigo na utilização de agrotóxicos	92% Alto	4% Regular	4% Baixo	0% Perigo inexistente

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2016. Organizado pela autora.

A relação de confiabilidade na qualidade dos produtos também aparece na tabela, indicando o efeito muito positivo dessa relação camponês-consumidor em que o segundo se sente mais seguro sabendo de onde vem seu alimento e quem o produz, além de poder esclarecer dúvidas, trocar experiências e aprender sobre as culturas.

Questionados a respeito de quem produz os gêneros alimentícios no país, como esperado, houve o predomínio da opinião midiática, o que também justificou a utilização desse termo pela autora. A apropriação do capital sobre os meios de comunicação transformou a grande mídia em extensor e disseminador ideológico acerca de vários aspectos da vida, inclusive da produção de alimentos, apontando as “imensas propriedades adequadas do agronegócio” como as principais fornecedoras de alimento para a mesa do brasileiro.

A porcentagem torna-se contraditória, pois este grupo é composto pelas pessoas com o maior nível escolar da pesquisa, conforme os dados socioeconômicos levantados. Dessa forma, podemos concluir que até mesmo este grupo reflete as informações disseminadas pela grande mídia. Contudo, os 33% que reconheceram a produção familiar e os 8% que designaram ambos como produtores não podem ser desconsiderados, pois representam o avanço nesse paradigma produtivo; essa informação pode ser diagnosticada como resultado das conversas e dados apresentados pela coordenação do projeto, além da interação entre agricultores e consumidores.

A opinião sobre quem produz também reflete os receios do processo produtivo, quando 92% dos entrevistados acreditam que a utilização de agrotóxicos é altamente perigosa para a saúde humana – e apenas 4% consideram este perigo baixo; ninguém, porém, o reconhece como inexistente.

Quando pedimos aos entrevistados para definirem o produto agroecológico, os três termos mais utilizados foram: produtos sem a utilização de agrotóxicos (presente em 17 questionários); produto saudável, natural e de qualidade (em 15 questionários); e produtos cujo modelo de produção respeita a natureza, ou modelo de produção sustentável (em 14 questionários). Uma observação relevante é que o quarto termo mais presente foi produto da agricultura familiar, em seis questionários. A tabela 6, última relacionada às sacolas, aponta as principais motivações para os consumidores participarem do projeto.

Tabela 6 – Motivações para participação no projeto

Motivações para participação no projeto	Produtos frescos, naturais, saudáveis e de qualidade	Relação com os produtores e estímulo à agricultura familiar	Produtos produzidos de forma sustentável	Preço acessível
Nº de pessoas	15	8	7	7

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2016. Organizado pela autora.

A qualidade dos produtos ofertados se sobressai entre as motivações. Seis consumidores ainda apontaram a ausência de agrotóxicos nos produtos como motivação, e outros seis, o estímulo à agroecologia. Cerca de 70% dos consumidores souberam do projeto e se interessaram por ele por meio dos professores, alunos ou de outros participantes. Fundamental apontar que a questão da praticidade, que outrora dominava os motivos de participação no projeto, cedeu espaço para a qualidade dos produtos e pela relação camponês-consumidor, o que evidencia que o caminho processual da soberania alimentar está sendo pavimentado por meio desses canais de curta comercialização.

Feira Agroecológica na UFMS: consolidação da parceria assentados-feirantes e comunidade acadêmica

Os dados apresentados a seguir são provenientes de pesquisa feita com 50 consumidores da feira agroecológica da UFMS, escolhidos aleatoriamente, no período de novembro de 2016 a abril de 2017 – no entanto, houve duas condições para entrega do questionário: que o consumidor não estivesse comprando pela primeira ou segunda vez e que consumisse, preferencialmente, verduras, legumes ou frutas na feira. A intenção da pesquisa era analisar aspectos muito semelhantes aos propostos aos consumidores das sacolas, mas entre os sujeitos que não participaram da reunião inicial para implantação do projeto – o *banner* do projeto, exposto em todas as feiras, e a relação social estabelecida com os assentados foram considerados como fontes de informação.

Dos entrevistados, tivemos a participação de 62% de mulheres e 38% de homens, entre 20 e 67 anos. Destacamos as faixas etárias majoritárias nesta pesquisa: 20 e 30 anos, com 28 e 20%, respectivamente; a faixa predominante nas sacolas, 40 anos, aqui ficou em terceiro lugar, com 18%. Dessa forma, o canal curto de comercialização da feira demonstra amplo alcance e um público bem variado. Quanto à escolaridade, 90% dos entrevistados cursaram ou cursam ensino superior, 8% têm nível médio e um dos entrevistados (2%) não respondeu à questão. Funcionários públicos, estudantes e outras ocupações distribuem-se em 64, 24 e 12% dos entrevistados, respectivamente. A partir desses 50 consumidores, obtivemos o número de 169 pessoas alcançadas pelo projeto – número três vezes maior que o dos efetivos compradores.

A renda destes consumidores será apresentada na tabela 7, a seguir, em comparação à dos consumidores das sacolas, a fim de evidenciar a amplitude superior do público alcançado pela feira, que tem um caráter mais popular. Destacamos, sobretudo, a queda de mais de 17% da renda superior a nove salários e, na mesma proporção, o aumento da participação de consumidores com renda entre um e dois salários. A frequência de consumo semanal representa 64%, seguida de 24% quinzenal e 12% mensal.

Tabela 7 – Renda dos consumidores das sacolas e da feira

Renda familiar (em salários)	1 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	Superior a 9
Consumidores sacolas	12,5%	16,7	12,5%	16,7	41,6%
Consumidores feira	30%	22%	14%	6%	24%

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2016. Organizado pela autora.

Tabela 8 – Resultado das questões de 11 a 14 (consumidores da feira)

Houve mudança nos hábitos de consumo por participar do projeto	80% SIM	20% NÃO	--	--
Maior confiança na qualidade dos produtos, devido à relação com os produtores na feira	96% SIM	4% NÃO	--	--
Quem produz os gêneros alimentícios	34% Agronegócio	52% Agricultura familiar	14% Ambos	--
Nível de perigo na utilização de agrotóxicos	90% Alto	8% Regular	2% Baixo	0% Perigo inexistente

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2017. Organizado pela autora.

Como podemos observar na tabela 8, 80% dos entrevistados admitiram mudanças nos hábitos de consumo devido à participação no projeto da feira; 96% sentem mais confiança na qualidade dos produtos por causa do contato com os produtores; 52% dos entrevistados acreditam que os gêneros alimentícios são produzidos pela agricultura familiar – redução em torno de 58% da atribuição ao agronegócio –, e que o perigo dos níveis de agrotóxicos utilizados nessas culturas é alto.

O aumento de quase 20% na atribuição de produtores dos gêneros alimentícios aos agricultores familiares pode se justificar pelo vínculo mais forte estabelecido com os camponeses na feira, tendo em vista que os consumidores das sacolas, além de terem passado por uma renovação de praticamente 100% no seu quadro inicial, não têm o mesmo contato com os produtores, pois as sacolas são entregues pelos alunos, enquanto que os consumidores da feira têm contato obrigatório com os camponeses.

Sobre a opinião acerca do alto nível de perigo no uso de agrotóxico, deve-se fazer a ressalva de que, no questionário, eram considerados produtos não ofertados na feira.

Na questão sobre a definição de produto agroecológico, foram citados 15 diferentes termos; os três mais repetidos foram: produzido sem produtos químicos e agrotóxicos (citado 30 vezes), produto saudável (20 vezes), produção que ajuda o meio ambiente/sustentável (17 vezes).

A tabela 9, a seguir, contém as principais motivações elencadas pelos consumidores para comprar na feira agroecológica. Um adendo aos números relacionados às motivações e às definições do produto: foi proposto a cada consumidor citar três respostas para cada uma dessas questões, entretanto nem todos colocaram as três; portanto, considerou-se o número de questionários em que apareceram as mesmas respostas.

Tabela 9 – Motivações para participação no projeto

Motivações para participação no projeto	Produto que faz bem para a saúde	Valor acessível	Produto de qualidade	Praticidade do local da feira	Incentivo ao pequeno produtor
Nº de pessoas	20	18	18	18	17

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2017. Organizado pela autora.

Para este grupo, os consumidores da feira, o preço é o atrativo mais importante comparado ao grupo das sacolas: na tabela, está nivelado à qualidade do produto e à praticidade do local da compra, enquanto que, para os consumidores da sacola, este motivo aparecia apenas em quarto lugar. Essa característica pode ser considerada reflexo da diferença das faixas de renda entre esses grupos da pesquisa.

As próprias assentadas do PA 20 de Março, que fazem as feiras na Universidade e no condomínio Don El Chall, além da feira livre municipal, caracterizam os consumidores da Universidade como diferentes dos consumidores “convencionais” (de mercados, feira municipal etc.). Isso se dá pelo fato de a Universidade representar um espaço educativo que, apesar de todas as limitações, ainda se configura como local de debate, diálogo e aprendizagem.

Considerações finais

Este artigo objetivou analisar o processo de construção de canais de curta comercialização desenvolvidos entre o PA 20 de Março e o espaço educativo da UFMS/CPTL *campus* II, no tocante aos resultados dos projetos de extensão intitulados: “Grupo das Sacolas Agroecológicas e Feira Agroecológica”, para fomento da comercialização direta. Projetos que permitiram aos camponeses um espaço de comercialização, e aos consumidores, a (re) educação dos hábitos alimentares e diálogo com os camponeses, estreitando os laços entre os que produzem o alimento e os que consomem, fomentando o rompimento da invisibilidade desses primeiros sujeitos.

O presente estudo permitiu a compreensão da importância da instituição Universidade nos desdobramentos destes projetos, e no rompimento da invisibilidade dos sujeitos sociais da pesquisa – camponeses/agricultores familiares. Ademais, percebe-se também um modelo econômico alternativo – economia moral, baseada na confiança (com o pagamento mensal antecipado das sacolas) e no comprometimento com os consumidores e sua saúde (pelo fato de não possuírem certificação oficial). A página criada na rede social *Facebook* – CPTL Agroecológico – possibilita a divulgação das ações do projeto e socialização de informações sobre agroecologia e soberania alimentar.

Ainda como considerações desta pesquisa, tem-se o entendimento de que ainda existe uma questão agrária a ser resolvida em Mato Grosso do Sul, assim como no Brasil. Apesar de a concentração fundiária estar lado a lado com os assentamentos rurais, estes não conseguiram inviabilizar a hegemonia do modelo concentrador do latifúndio improdutivo e produtivo, mas exemplificam figuras sociais de luta e resistência, atuantes nas periferias do sistema.

No Brasil, a política desenvolvimentista da Revolução Verde serviu à consolidação da concentração fundiária sob um manto de produtividade por meio da inserção de maquinários e de um pacote agroquímico – que vem se provando como ciência da morte a promover a concentração da riqueza para os impérios agroalimentares e fornecedores de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes geneticamente modificadas. Assim, a

agroecologia apresenta-se como modelo contra-hegemônico, promovendo ações endógenas e emancipatórias aos sujeitos do campesinato.

O modelo produtivo agroecológico, por meio dos canais de curta comercialização, tem pavimentado o caminho da soberania alimentar. A agroecologia como prática, ciência e movimento social propõe uma mudança coletiva nos hábitos alimentares e no modo como se pensa o alimento, revelando, inclusive, o fetichismo embutido nos produtos das *junk foods* por meio das marcas e de suas propagandas publicitárias.

Nessas breves considerações é imprescindível olhar para o futuro, enfim, para o caráter dinâmico das ações de transição agroecológica promovidas pelos sujeitos desta pesquisa no âmbito da UFMS/CPTL. Nesse sentido, registra-se que as ações continuam a se desenvolver, com novas experiências de canais de curta comercialização sendo incrementadas e incorporadas ao processo. Entre essas ações, tem-se a criação da Central de Vendas da Agricultura Familiar de Três Lagoas. Inaugurada no dia 8 de dezembro de 2017, numa área central da cidade – no galpão ao lado da antiga estação ferroviária –, um dos símbolos do município. Os dias de funcionamento, inicialmente seriam às sextas-feiras, mas a partir de janeiro foi expandido também para às terças-feiras, das 5h às 11h. O projeto é uma parceria entre os agricultores familiares do município – PA 20 de Março, PA Pontal do Faia, Cinturão Verde, agricultores do Arapuá e Cooperativa de Mel do Arapuá (Cooperams) –, SEBRAE e Prefeitura Municipal.

Essa dinâmica confirma a existência e a potencialidade da agricultura camponesa/familiar no Território Rural do Bolsão, especificamente em Três Lagoas, apesar de representar apenas 3% de sua área; tomado pelas imensas áreas de eucalipto e pastagens, o município ainda possui essa pequena fração territorial de produção de alimentos – potencialidade de alimentos saudáveis!

Outra conquista decorrente das ações de transição agroecológica foi a aprovação pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPq), em 2017, do projeto “Implantação de Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica: Dinamização da Agricultura Familiar no Território Rural do Bolsão-MS”, cujas atividades serão iniciadas em 2018. Este é o primeiro projeto do gênero aprovado com recursos financeiros – e também é coordenado pela professora Dra Rosemeire Aparecida de Almeida. O projeto visa contribuir para a transição agroecológica dos sujeitos do Território Rural do Bolsão, como estratégia de desenvolvimento endógeno – atuando, agora, na produção, uma vez que os projetos anteriores estavam focados na comercialização.

Destarte, conclui-se que a transição agroecológica no PA 20 de Março foi o início de um projeto maior que se deseja agora, a partir tanto da implantação do Território Rural do Bolsão como da aprovação, em 2017, da criação do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica – processos que buscam o desenvolvimento dos camponeses e de uma

agricultura sustentável, que quebrem paradigmas agroquímicos rumo à soberania dos alimentos como bem comum. Trata-se de uma experiência local em pequena escala; porém, do ponto de vista das relações sociais entre quem produz e quem consome, é de grande relevância devido ao caráter educativo voltado a promover sustentabilidade, pois trilhar o caminho agroecológico é construir soberania alimentar.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, distinção e territorialização**: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 2003. 391 p. Tese (Doutorado), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

AMIGOS DE LA TIERRA. **Agricultura y Alimentación**. Disponível em: <<https://www.tierra.org/atlas-la-comida-una-vision-global/>> Acesso em 02 fev. 2018.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>> Acesso em 20 jun. 2017.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em: 04 abr. 2016.

_____. Decreto-lei nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 ago. 2012. Seção 1, p. 4.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-antigo>> Acesso em: 28 dez. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/cartilha_plano_safra_2016_2017_1.pdf> Acesso em: 28 dez. 2017.

CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 33-48, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/02.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2017.

COSTABEBER et. al. O conceito de Transição Agroecológica: contribuições para o redesenho de agroecossistemas em bases sustentáveis. In: GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de (Orgs.). **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais. Brasília: Embrapa, 2013. p.145-180.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2, 2006, Recife. **Carta política do II ENA**. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2010/01/Carta_IENA.pdf> Acesso em: 12 jun. 2016.

FABRINI, João Edmilson. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: UFMS, 2008. p. 53-79.

GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha**: formações urbanas da Noroeste Paulista [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2002. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/z3/pdf/ghirardello-9788539302420.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2017.

GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de (Orgs.). **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais. Brasília: Embrapa, 2013. (Transição Agroecológica, 1).

JUNIOR, Marco Antonio Mitidiero; BARBOSA, Humberto Junior Neves; SÁ, Thiago Hérick de. **Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006**. Revista Pegada, Presidente Prudente/SP, v. 18, n. 3, p. 7-77, 2017.

LOBO, Elisabeth Souza. **Caminhos da Sociologia no Brasil**: Modos de vida e experiência. Revista Tempo Social, v. 4, n. 1/2, p. 7-15, 1992.

NARDOQUE, Sedeval. Expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O campo no Brasil contemporâneo**: do governo FHC aos governos petistas (Questão Agrária e Reforma Agrária – Vol. I). Curitiba: CRV, 2017.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP. Coordenação: GIRARDI, E. P.; - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2017. DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2016.

OLAIZOLA, Assumpta Ayerdi; BADAL, Marc. Políticas municipais para la Soberanía Alimentaria. **Revista Soberanía Alimentaria**: Biodiversidad y Culturas, n. 19, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.soberaniaalimentaria.info/publicados/numero-19/168-politicas-municipales-para-la-soberania-alimentaria>> Acesso em: 03 fev. 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf> Acesso em: 13 fev. 2017.

PAULINO, Eliane T.; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PINHEIRO, Sebastião. O negócio do veneno é mais rentável do que o do remédio. São Leopoldo, 08 jun. 2009. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. Entrevista concedida a Patricia Fachin. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2609&secao=296> Acesso em: 31 jan. 2018.

PLOEG, Jan Douwe van der (Org.). **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PORTAL AGROECOLOGIA. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/>> Acesso em: 20 jun. 2017.

PORTAL BRASIL. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>> Acesso em: 29 jun. 2017.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **INTERTHESIS**, Santa Catarina, v.1, n.1, p. 1-55, 2004.

ROSSET, Peter M.; MARTÍNEZ-TORRES, Maria Elena. Movimientos Sociales Rurales y Agroecología: Contexto, Teoría y Proceso. Trad. Viviana Tipiani. **Ecology and Society**, v.17, n.3. Disponível em: <<https://doctoradoagroecoudea.files.wordpress.com/2013/04/movimientossocialesagroecologia.pdf>> Acesso em: 9 jan. 2017.

SILVA, Izabela Cristina Gomes da. **Estratégias camponesas e as práticas agroecológicas nos territórios dos brejos de altitude, Gravatá – PE.** 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

STEDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: CALDART, Roseli Saete et al. (Org). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 639-46.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agroecologia: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente.** Petrópolis: Vozes, 2012.

Sobre os autores

Patrícia Tozzo de Matos Mercadante – Graduação em Administração pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-2400-9854>

Rosemeire Aparecida de Almeida – Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp); Pós-doutorado pela Universidade de Córdoba; Docente da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-2152-6218>

Como citar este artigo

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Patrícia Tozzo de Matos**

Mercadante, ficou especialmente responsável pela aquisição de dados e suas interpretação e análise, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo; a segunda autora, **prof. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida**, pelo desenvolvimento teórico-conceitual.

Recebido para publicação em 26 de julho de 2018.
Devolvido para a revisão em 13 de fevereiro de 2019.
Aceito para a publicação em 09 de março de 2019.
